

# Pacote não garante metas do FMI

por William Salasar  
de São Paulo

Os sete economistas de bancos internacionais que estão fazendo um levantamento da situação econômico-financeira do País deixaram, ontem, o Banco Itaú com a seguinte avaliação: o superávit da balança comercial será de US\$ 6 bilhões, este ano, mas as metas de redução do déficit público e da inflação comprometidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não serão atingidas com as medidas de ajustamento até agora tomadas pelo governo.

Olavo Egydio Setúbal, diretor-presidente do Itaú, relatou, após a reunião entre os sete economistas e diretores do banco que a maior preocupação dos economistas foi com a expectativa sobre o déficit do setor público e a inflação. Inflação que, estima o Itaú, será de 130 a 160% no ano, se o governo não tomar mais nenhuma medida. Setúbal

disse ainda aos economistas dos bancos credores que a redução do déficit do setor público exige uma reforma fiscal, "para aumentar a receita do governo, já que ele não consegue diminuir a despesa". Outro ponto prioritário para ajustar a economia brasileira é sua "desdolarização", na qual Setúbal insiste.

## REUNIÃO "TÉCNICA"

Ele garantiu que a reunião entre os economistas Douglas Snee, do Bank of Montreal; Brice Ferguson, do Citibank; Robin Chapman, do Lloyds; James Nash, do Morgan; Hanz Ulrich Grinn, da União de Bancos Suíços; Juny Takahoka, do Bank of Tokyo, e Thomas Trebat, do Bankers Trust, foi "técnica". Indagado se os economistas que se reuniram com Luís Guimarães, diretor-financeiro; Sérgio de Freitas, diretor da área internacional; Paulo de Freitas, economista-chefe, e Alberto Barreto, ex-gerente da agência do Itaú em Nova



Sérgio de Freitas

York, trataram de "cruzar" os dados que levantaram em Brasília com os dados da economia brasileira que o próprio banco possui, Setúbal disse que a conversação ficou no nível "qualitativo" e não no plano "quantitativo".

Setúbal frisou, mais uma vez, que "o problema do Brasil é a credibilidade", a qual só se restaura "ou pelo seu passado (o do País) ou por um aval". "Os banqueiros querem o aval do FMI, que é um aval moral, porque o FMI não tem dinheiro", acentuou Setúbal.